

## 6. EXERCÍCIO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

- Responsável pelo tratamento: **CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA**
- NIPC: 600 018 466
- Morada: Rua Duque de Palmela 23, 1250-096 Lisboa
- E-mail: [dpo.csm@csm.org.pt](mailto:dpo.csm@csm.org.pt)

### 1. DADOS DO/A REQUERENTE

Senhor/Senhora \_\_\_\_\_,  
maior de idade, residente em \_\_\_\_\_,  
portador/a do cartão de cidadão número \_\_\_\_\_, válido até \_\_\_\_\_, e do e-mail \_\_\_\_\_, exerce através do presente documento o **Direito de Oposição**, em conformidade com o disposto no artigo 21.º do Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (doravante, designado por "RGPD"), e com a legislação nacional aplicável em matéria de proteção de dados, e, consequentemente,

### 2. REQUER, que:

1. No prazo máximo de 1 (um) mês a contar da receção do presente pedido, cesse o tratamento dos dados pessoais, com base nos seguintes fundamentos:
  - Motivos relacionados com a sua situação particular, quanto ao tratamento dos seus dados pessoais que tenha sido:
    - necessário para o exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública de que está investido o responsável pelo tratamento.
    - necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros.

- realizado para fins que não sejam aqueles para os quais os dados pessoais foram recolhidos sem o consentimento do titular dos dados ou sem se basear em disposições do direito da União Europeia ou dos Estados-membros.
  - realizado para fins de investigação científica ou histórica ou para fins estatísticos.
  - Os seus dados pessoais foram tratados para efeitos de comercialização direta.
2. Na eventualidade de o Responsável de Tratamento concluir que não é possível dar seguimento ao direito de oposição solicitado, se comunique essa situação fundamentadamente, no prazo máximo de 1 (um) mês após a receção do presente pedido a fim de, no caso de ser necessário, apresentar reclamação à autoridade de controlo ou intentar ação judicial, nos termos da legislação vigente em matéria de proteção de dados.

Em \_\_\_\_\_, a \_\_ de \_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura

\_\_\_\_\_

(Assinatura igual ao documento de identificação)

O direito de oposição consiste no pedido de os dados pessoais deixarem de ser tratados pelo Responsável pelo Tratamento para determinados fins. Este direito é exercido perante o responsável pelo tratamento que é quem detém os dados. Também pode ser exercido através de representação legal, caso em que, além do documento comprovativo da sua identidade, deve ser fornecido o documento comprovativo da identidade do representante e ainda um documento que legitime a representação do terceiro.